

ESTUDO COMPARATIVO DOS REPERTÓRIOS INCLUSIVOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DOCUMENTOS CURRICULARES DA REDE MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ (1989-2016)¹

Amanda Sousa Batista do Nascimento²
Celso do Prado Ferraz Carvalho³

INTRODUÇÃO

Os temas Políticas Educacionais, Currículo e Educação Inclusiva permitem uma variedade imensa de pesquisas, revisões de literatura, estudos documentais, coleta de dados empíricos, e em contrapartida, exige-nos muita cautela e rigor analítico no que concerne aos aspectos teóricos-metodológicos, por envolverem problematizações polêmicas e imprescindíveis ao debate educacional no cenário brasileiro: território demarcado por inúmeras disputas de poder.

De acordo com Ball (2011) no Brasil o campo de investigação acerca das políticas educacionais é foco constante de pesquisas acadêmicas, buscando constantemente por consolidação, principalmente pelo fato de que as referidas políticas têm seus contornos modificados com muita frequência em intervalos variados de tempo: temos políticas educacionais de curto, médio e longo prazo, com influências internas e externas, de setores que muitas vezes nem são ligados à Educação. Nossas políticas educacionais no Brasil estão circundadas por valores e disputas das mais variadas: disputas por poder influenciadas por fatores econômicos, culturais, político-partidários, religiosos, éticos, públicos, privatistas, nacionais e internacionais.

Neste sentido, apesar deste cenário promissor enquanto grande área de estudo, as políticas educacionais nos exigem bases de desenvolvimento analítico mais consistentes, Ball (2011) evidencia esta necessidade latente de ampliar a interlocução com a literatura

¹ O presente resumo expandido é o resultado parcial do projeto de pesquisa da autora como exigência para a obtenção do título de Doutora em Educação.

² Doutoranda em Educação no PPGE-UNINOVE-SP, amandasousabatista1987@gmail.com

³ Professor orientador: Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz Carvalho- PPGE-UNINOVE-SP, cpfcarvalho@gmail.com

internacional”, cujo caráter é bastante vasto e permite à nós pesquisadores um repertório bastante vasto de perspectivas teórico-metodológicas. (p.11)

Nascimento (2018) destaca que a referida política com validade em todo o território brasileiro, orienta os programas e ações nesta área para promover o acesso e a permanência de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público alvo da Educação Especial, no ensino regular, ampliando a oferta do atendimento educacional especializado, rompendo com o modelo de integração em escolas e classes especiais a fim de superar a segregação e exclusão educacional e social das pessoas com deficiência (p.61).

Nascimento (2018) evidencia que essa política suscitou vários questionamentos, entre eles, o debate sobre as condições em que os alunos são inseridos nas salas de aulas, as condições de trabalho oferecidas aos professores e demais profissionais da educação que trabalham especificamente no processo de inclusão destes alunos e o posicionamento dos gestores municipais na implantação e implementação da Política Nacional de Educação Inclusiva no Brasil (p.61)

A relevância acadêmica e social da temática nos levou à problematização dos repertórios de palavras-chave que delinearão os documentos específicos que norteiam a organização da Educação Inclusiva na Rede Municipal de Santo André, chegando à análise comparativa de três documentos que foram construídos em diferentes gestões públicas acerca de propostas curriculares para a rede durante o período de 2005 a 2016, intitulados: Ressignificação das Práticas Pedagógicas e Transformações nos tempos e espaços escolares (2005-2008), Projeto Formadores do Saber (2009-2012) e Movimento de Reorientação Curricular EJA- Currículo Integrado (2013-2016).

Como objeto desta pesquisa trataremos das presenças e/ou ausências de um “Repertório Inclusivo” de palavras-chave na cultura local de elaboração de políticas educacionais e documentos oficiais produzidos pela Rede Municipal de Santo André em suas Políticas Educacionais acerca do atendimento de estudantes Público Alvo da Educação Especial (P.A.E.E.) e à garantia de acesso ao currículo à estes educandos em uma Perspectiva Inclusiva, no período compreendido entre 1989-2016.

O objetivo geral do estudo é mapear na Rede Municipal de Santo André quais documentos oficiais foram produzidos no período de 1989-2016, com ênfase no que prevê a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) quando sustenta o dever do Estado em “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer

outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Por conseguinte, o artigo 205 evidencia a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Já no artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino, com ênfase nos educandos com deficiência.

Por conseguinte, identificar a partir dos documentos analisados quais os repertórios que serviram de embasamento para a proposição de políticas educacionais inclusivas, quais outros documentos nacionais e internacionais subsidiaram a redação destas políticas a partir da caracterização do processo político em três “facetas ou arenas políticas”: a política proposta, a política de fato e a política em uso (BALL, BOWE, 1992).

METODOLOGIA (MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia que será utilizada está embasada na análise de fontes documentais: de legislações e documentos oficiais internacionais e nacionais acerca das Políticas Educacionais de Educação Inclusiva, de documentos produzidos no âmbito local da Rede Municipal de Santo André, locus desta pesquisa. Como etapa inicial deste processo de levantamento de documentos, foi solicitado à Secretaria de Educação da Rede Municipal de Santo André a autorização para acesso ao acervo de documentos produzidos pela rede, durante o período compreendido entre 1989 e 2016, com foco em documentos sobre políticas educacionais inclusivas e curriculares.

Elencamos como documento internacional de grande impacto nas políticas educacionais do início da década de 1990 a Declaração de Jomtien. Além disso, outros documentos nacionais e internacionais foram necessários para balizar o debate acerca de como se constituíram os repertórios inclusivos, as palavras-chave que regulamentam as políticas educacionais voltadas para estudantes com deficiência.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entre os pesquisadores que têm debruçado suas pesquisas na literatura acerca de estudos culturais, marxismo cultural, e mais especificamente na bibliografia de Raymond Williams podemos destacar os professores Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFMG),

André Luiz Sena Mariano (UNIFAL-MG) e Lucélia Carla da Silva dos Santos (UNIFAL-MG).

Este estudo se pauta exatamente no papel da literatura específica das políticas educacionais, sob a égide da ideia conduzida por Raymond Williams na obra “Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade”, de que existem palavras-chave que reproduzem a ideologia de um determinado período, de uma determinada sociedade, que sofrem influências variadas, tanto dos elementos sociais dominantes no período ou localização geográfica, bem como de fatores mais amplos, provenientes dos cenários político, econômico e influências de documentos e agências internacionais ligadas à educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Mariano e Anjos (2018), a partir de suas pesquisas na área de Educação, a partir das regiões sul e sudeste do Brasil

[...] constata-se a presença de Williams dentro da área definida ainda se mostra incipiente e quando ocorre é de maneira bastante pontual; fato que revela a potencialidade do pensamento do autor ainda a ser explorada na realidade brasileira, como por exemplo, nos estudos sobre políticas educacionais (MARIANO, ANJOS, 2018, p.52).

Os referidos autores explicitam que Raymond Williams se faz presente nas pesquisas em educação a partir de recortes nas áreas de fundamentos da educação, “sobretudo, considerando as disciplinas de Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação, Antropologia da Educação e Psicologia da Educação” (MARIANO, ANJOS, 2018, p.52), argumentando que os pressupostos teórico-metodológicos deste autor colaboram para a produção de conhecimento educacional no Brasil.

Mariano e Anjos (2018) ressaltam que as obras de Raymond Williams foram essenciais para a expansão e o entendimento dos Estudos Culturais, visto que, primeiramente, “passaram a permitir que a produção literária não fosse mais concebida como algo alijado da realidade social concreta”, em segundo lugar, “ao assumir a literatura para além de uma produção idealista, ele contribuiu para que ela pudesse ser pensada a partir de uma relação profunda entre produção e reprodução”, isto é, a literatura assume dois papéis: de permitir a reprodução dos elementos sociais dominantes e produzir novas percepções da realidade (p.57).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento, a presente pesquisa mapeou alguns documentos oficiais sobre Educação Inclusiva e quais documentos foram produzidos nos últimos trinta anos especificamente no locus desta pesquisa: na rede municipal de Santo André. São esses:

- Declaração de Salamanca (1994)
- Convenção da Guatemala (1999)
- Carta para o Terceiro Milênio (1999)
- Declaração Internacional de Montreal (2001)
- Declaração de Madrid (2002)
- Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência (2001)
- Declaração de Sopporo (2002),
- Declaração de Quito (2003)
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

No que concerne aos documentos produzidos pela Rede Municipal de Santo André, listamos a seguir quais legislações, documentos e materiais serão analisados pelo presente estudo:

- Lei Orgânica do Município de Santo André (1990);
- Anuários de Santo André;
- Caderno Educação Inclusiva- Plano 1997;
- Caderno Estação Gente- Educação Inclusiva- Plano 1998;
- Cadernos Ressignificação das Práticas Pedagógicas e Transformações nos tempos e espaços escolares (2005-2008);
- Cadernos Formativos Poéticas da Diferença;
- Cadernos do Projeto Formadores do Saber (2009-2012);
- Livros do Movimento de Reorientação Curricular EJA- Currículo Integrado (2013-2016);
- Livro Tecendo Vivências: A Educação de Jovens e Adultos Santo André, 1989-2016;
- Diagnóstico de Santo André- PPA Participativo (2013);

- Retrato Censitário das Pessoas Com Deficiência (2015-2016);

Por conseguinte, dando continuidade a este estudo, faremos o mapeamento das palavras-chave que delinearão tais documentos, e por sua vez, subsidiarão as políticas educacionais inclusivas locais, justificando as presenças e ausências de determinados termos nos documentos, os quais podem justificar os caminhos percorridos na implementação de ações no contexto na prática das políticas públicas inclusivas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Repertório Inclusivo. Documentos. Implementação. Políticas Educacionais.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, SANTO. **Lei Orgânica do Município/1990**. Disponível em <http://www.leismunicipais.com.br/cgilocal/orglaw.pl>.

BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. **Subject departments and the ‘implementation’ of National Curriculum policy: an overview of the issues**. *Journal of curriculum studies*, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: set. 2009.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. *Revista Educação e Sociedade*, nº 27, p.47-69, 2006.

MARIANO, André Luiz Sena, ANJOS, Lucélia Carla da Silva dos. **A presença de Raymond Williams em pesquisas da área de educação: um olhar a partir das regiões sul e sudeste do Brasil**. *Revista NUPEM* 10.21 (2018): 52-66.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **Ressignificação das Práticas Pedagógicas e Transformações nos tempos e espaços escolares**. Santo André: PSA-SEFP, 2008.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **Movimento de Orientação e Reorientação Curricular da EJA- Santo André**. Secretaria da Educação- Departamento de Educação de Jovens e Adultos-DEJA, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.